

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL (PDI) COMO RECURSO DE INCLUSÃO: UMA REVISÃO

Patricia Cristina Morch Munhoz¹

Diego da Silva²

Ivanete Pereira de Souza

RESUMO: A prática de inclusão na sociedade contemporânea é bastante trabalhada, inclusive por documentos oficiais que designam a inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares de ensino. Nesse sentido verifica-se a necessidade de aprimorar esse processo com novos encaminhamentos, sendo assim, o presente trabalho têm por objetivo analisar a formulação de Planos de Desenvolvimento Individualizados (PDI) também conhecido como PEI para estudantes com diagnóstico de autismo inseridos na rede regular de ensino. Isto como um instrumento regulador no processo de aquisição do conhecimento de forma efetiva. É necessário que as propostas didáticas sejam condizentes com as dificuldades dos estudantes, a fim de proporcionar avanços significativos e contribuir para que o processo de inclusão ocorra adequadamente. O referido estudo buscou uma metodologia embasada em pesquisa bibliográfica e análise de um PDI disponível pela instituição de ensino. Levando em consideração que o autismo é um espectro, as crianças acometidas com esses transtornos podem apresentar características diversas, diferenciando-se umas das outras, assim, deve-se buscar metodologias diversificadas para atender todos no ambiente escolar e é evidente que o trabalho colaborativo entre os envolvidos no processo de aquisição do conhecimento desses indivíduos devem disponibilizar recursos que contribuam para avanços significativos. O PDI se torna essencial para um olhar mais individual para estudantes com TEA.

1

Palavras-Chave: Educação especial. Plano de desenvolvimento individual. Autismo.

¹ Pedagoga, especialista e gestora escolar. Atualmente aluna do curso de Psicologia da UniEnsino.

² Psicólogo, mestre e docente do curso de Psicologia da UniEnsino.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa realizada com base em referenciais bibliográficos e o embasamento foi realizado de forma qualitativa, sendo que foram levantadas referências sobre o assunto desenvolvido. O objetivo geral deste artigo envolve a história do Plano de Desenvolvimento Individual, também conhecido como Planejamento Educacional Individualizado, bem como a construção deste na história da educação especial e as contribuições desse instrumento para inclusão efetiva de estudantes com transtorno do espectro autista.

REFERENCIAL TEÓRICO

Aspectos legais da educação inclusiva

No passado, as pessoas com deficiência eram frequentemente marginalizadas e excluídas da sociedade, incluindo do sistema educacional. A ausência de políticas públicas e de uma legislação inclusiva resultava em atitudes discriminatórias, e muitas vezes essas pessoas eram confinadas em instituições especializadas ou simplesmente mantidas à parte da vida comunitária. O acesso à educação, por exemplo, era restrito e, quando oferecido, geralmente se dava em condições precárias, com enfoque limitado às suas necessidades específicas, sem considerar a participação plena na sociedade.

2

A segregação e a marginalização das pessoas com deficiência eram uma realidade presente em muitas sociedades até meados do século XX, incluindo no Brasil. A educação, quando oferecida, frequentemente não levava em consideração a diversidade dos alunos, e os sistemas educacionais eram pensados apenas para o “aluno padrão”, desconsiderando as especificidades de cada um.

Com a promulgação de legislações e políticas públicas de inclusão, como a Constituição de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), o tratamento das pessoas com deficiência começou a mudar, permitindo que elas tivessem acesso a direitos fundamentais, como o direito à educação em igualdade de condições com os demais cidadãos. De acordo com o artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, “Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos na fase elementar e fundamental” (UNESCO, 1948).

Com o avanço das políticas inclusivas, a sociedade começou a reconhecer que as pessoas com deficiência têm o direito de participar ativamente de todos os aspectos da vida, incluindo o ambiente educacional. A educação inclusiva, como prevista na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), se tornou um marco para garantir que as escolas se adaptassem para oferecer um atendimento especializado dentro das salas de aula regulares, respeitando as diferenças e promovendo o desenvolvimento de todos os estudantes. Como defende Mantoan (2003) “A inclusão não é uma utopia, mas uma prática que requer a transformação dos espaços, das práticas pedagógicas e dos sujeitos envolvidos.”

Esse movimento, portanto, transformou as condições das pessoas com deficiência, garantindo-lhes mais autonomia e participação na sociedade, com base no princípio da igualdade de direitos, conforme estabelecido pela legislação brasileira e internacional. A educação inclusiva no Brasil é um direito garantido por lei. Ao longo dos anos, o país tem avançado na criação de políticas públicas e legislações que buscam garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os estudantes na escola.

Na Antiguidade os indivíduos que apresentavam algum tipo de deficiência eram considerados “loucos”, “endemoniados”. O autor Silva (1998) cita falas de Sêneca e (4 a.C.- 65 d.C.) apresenta descrições de como se dava o tratamento para os indivíduos que nasciam com “defeito”, segundo a Lei da XII Tábuas, os romanos tomavam posições drásticas, ou seja,

3

Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos afogamo-los, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis. (SILVA, 1998, p. 38).

Dessa forma, vemos que no tempo antigo as crianças com deficiências eram descartadas, muitas vezes pela própria família, para elas os bebês eram amaldiçoados e por isso, não mereciam viver. Há poucos registros sobre o assunto, mas como os realizados por filósofos como Aristóteles, Platão e Herófilo, as pessoas deficientes eram abandonadas e consideradas sub-humanas e por isso, eram impedidas de socializar e interagir com outras pessoas, ou seja, eram isoladas.

Com o período contemporâneo os avanços na área de inclusão foram ganhando força e então foram criadas as escolas especializadas que serviam para atender as necessidades especiais dos indivíduos, e assim, de certa forma, inseri-los na sociedade. Com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1975),

as pessoas com necessidades especiais começaram a ser considerados cidadãos com direitos e deveres. A partir desse período a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade tiveram grandes avanços, mas somente a partir do século XX que a sociedade passou a compreender o conceito de diversidade defendendo o direito de cada um, dentro de suas particularidades e singularidades.

Devido a mudanças ocorridas na sociedade, como a criação de leis para o cumprimento de ações igualitárias condizentes ao bem-estar e a inclusão das pessoas com deficiência e avanços científicos trouxeram uma outra perspectiva, um outro olhar sobre o tema. De acordo com Mendes (1995), na metade do séc. XX, organizações científicas voltaram-se às “inter-relações entre definições biológicas, sociais e educacionais”. Com isso, surgiram leis nas quais julgavam-se casos de deficientes, a fim de, separar quem não era apto a frequentar a escola e assim, encaminhá-lo para o ensino especial. E a partir da Declaração de Salamanca (1994) que as pessoas com deficiência passaram a ter direito da inclusão na rede regular de ensino, bem como programas educacionais condizentes com as necessidades individuais desses cidadãos.

Com base no histórico da Inclusão, a Educação Especial é uma modalidade, um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com necessidades educativas especiais, e com o PDI essa realidade ocorre de forma a promover a educação para esses indivíduos trazendo igualdade e equidade na sociedade.

Dentre os marcos legais que embasam a educação inclusiva, pode-se citar a Constituição Federal de 1988, que estabelece que a educação é um direito de todos e deve ser promovida com base na igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, garantindo atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB n.º 9394/96, que estabelece as diretrizes gerais para a educação no Brasil, incluindo a necessidade de educação para todos, com ênfase na inclusão de alunos com deficiência e necessidades especiais; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que orienta as escolas a promoverem a inclusão, estabelecendo diretrizes para a formação de professores, a adaptação curricular e a criação de ambientes inclusivos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei n.º 8.069/1990, que assegura o direito à educação, à convivência familiar e comunitária e à proteção contra qualquer forma de discriminação, reforçando a importância da inclusão e a a Lei Brasileira de Inclusão aprovada em 2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com

deficiência, que foi criada para tratar de diversos aspectos relacionados à inclusão das pessoas com deficiência em todos os aspectos da sociedade.

O Movimento pelos Direitos Humanos, mais especificamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948, começou a ganhar força no século XX, em especial após a Segunda Guerra Mundial, onde a luta por direitos humanos e igualdade de oportunidades estabeleceu que todos têm direito à educação.

A educação inclusiva exige o compromisso de toda a sociedade, é um processo contínuo e em constante evolução, e é a partir da implementação das leis e diretrizes legais que o ambiente educacional torne-se inclusivo, construindo uma base sólida em que os direitos dos estudantes estará assegurado e garantido, respeitando a diversidade e oportunizando dessa forma a aprendizagem e o desenvolvimento de todos. E é a partir da década de 1980 que ela começa a se consolidar, defendendo que todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência e necessidades especiais, devem ter acesso à educação em ambientes regulares, sendo a Conferência de Salamanca, em 1994 um marco importante que promoveu a inclusão como princípio fundamental da educação.

História do pdi ou pei e suas contribuições na atualidade

Com os avanços da educação inclusiva e a inserção de indivíduos com necessidades educacionais especializadas na rede regular de ensino, muitas necessidades surgem, dentre essas necessidades, planejar o ensino de forma adequada para atender as demandas individuais dos estudantes PAEE. “O PEI centrado na pessoa assumiu como objetivo as experiências e situações de vida e passou a enfocar o desenvolvimento do indivíduo e o aprofundamento de suas relações pessoais e de sua vida em comunidade” (TANNÚS-VALADÃO e MENDES, pág. 4, 2018).

Dessa forma, o crescimento constante de matrículas na rede regular de ensino de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especializadas é uma realidade, devido a isso é importante pensar em estratégias para um aprendizado significativo desses indivíduos. Assim, o PDI surgiu como uma ferramenta para as instituições de ensino promovendo e garantindo a aprendizagem de estudantes PAEE sendo uma ação compartilhada com todas as pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento desses alunos.

O PDI então, é fundamental para transformar a inclusão em prática real nas escolas, criando ambientes que respeitam e promovam a diversidade e garantindo que todos os

estudantes tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente. O PDI é um documento que orienta as instituições de ensino em ações e estratégias, contemplando a inclusão como um de seus eixos principais. Ele deve incluir um diagnóstico da realidade da escola, objetivos e metas para a inclusão, assim como ações e estratégias para promover a diversidade além de mecanismos de avaliação e monitoramento. O PDI articula ações que envolvem toda a comunidade escolar, promovendo a formação continuada de educadores, a adaptação de currículos e a melhoria da infraestrutura para atender a todos os estudantes.

Para que a escola consiga desenvolver um trabalho de qualidade voltado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, é preciso que haja planejamento, e é através dos seus profissionais que a escola irá alcançá-lo. A seleção e a aplicação dos recursos e metodologias adequadas é de extrema importância para que os objetivos sejam alcançados. O “PDI deve integrar-se às ações da proposta educativa em todos os seus aspectos” (MINAS GERAIS, 2018) e o professor especialista é o responsável por construir, implementar, acompanhar e avaliá-lo.

O atendimento educacional especializado (AEE) é realizado pelos profissionais das salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em contraturno, podendo ser realizado também na forma de ensino itinerante, dentro da própria classe.

O instrumento pdi, a elaboração e a aplicação no contexto escolar

Ao construir um PDI, o professor está realizando um diagnóstico da realidade da escola, identificando barreiras e oportunidades, estabelecendo objetivos e metas para que a inclusão aconteça, propondo ações e estratégias para promover a diversidade, além de mecanismos de avaliação e monitoramento, realizando os ajustes quando necessário. É ele que articulará as ações que envolvem toda a comunidade escolar e promoverá a formação continuada dos professores, a adaptação de currículos e a melhoria da infraestrutura.

A construção do plano de desenvolvimento individualizado “para alunos autistas requer um olhar atento e uma abordagem prática” (PINHEIRO, 2024), ele é fundamental para garantir as necessidades específicas de cada estudante e para que elas sejam atendidas de maneira eficaz e inclusiva, é essencial que as particularidades de cada estudante sejam alcançadas através das adaptações curriculares, com objetivos claros, que as estratégias de ensino e recursos atendam às necessidades individuais e promovam um aprendizado significativo. A escola dessa forma,

mostra seu compromisso com a inclusão, criando um ambiente que respeita e valoriza a diversidade, permitindo dessa forma que os estudantes autistas participem das atividades ao lado de seus colegas. Com a construção do PDI é possível identificar e desenvolver habilidades sociais, emocionais e acadêmicas. A aplicação desse instrumento individualizado é possível garantir avanços significativos para estudantes autistas, levando em conta suas dificuldades e potencialidades.

Impacto na formação acadêmica e a função pedagógica do pei para estudantes com tea

A inclusão tem sido um desafio para todas as esferas da sociedade, muito se tem discutido sobre a inclusão na sociedade atual, uma vez que traz um significado relevante no sentido de respeito e valorização ao próximo. A educação inclusiva é importante na sociedade contemporânea, o respeito e o reconhecimento são princípios básicos para o processo de inserção de crianças com autismo e é fundamental, levando em conta que cada indivíduo é único, sejam eles portadores de necessidades educacionais especializadas ou não.

Segundo Fernandes & Silva (2016),

As pessoas com autismo encontram muita dificuldade para se socializar e os níveis de gravidade no aspecto social são variados. Há crianças que se isolam em um mundo enigmático, outras apresentam dificuldades quase imperceptíveis. O contato social é sempre prejudicado nas pessoas diagnosticadas com TEA. Não é uma escolha das crianças com TEA ficar sozinhas; muitas vezes, elas buscam contatos sociais, mas não conseguem mantê-los. (Pág. 3)

7

Conforme o autor, ao se deparar com alunos com transtorno do espectro autista e vivenciar essa realidade o educador é confrontado com as contradições de cada indivíduo. Ensinar as habilidades de modalidade oral, escrita e compreensiva auditiva para esses alunos que apresentam dificuldades de contato visual, desenvolvimento tardio na fala, sensibilidade auditiva, entre outras características que podem interferir na socialização e aprendizagem desses indivíduos é um desafio, mas o PDI se torna um instrumento que auxilia educadores em sinalizar as dificuldades e propor estratégias que levem esse estudante a avançar e adquirir conhecimentos necessários para a inclusão na sociedade.

Dessa forma, o impacto na formação acadêmica dos profissionais da educação e de indivíduos com transtorno do espectro autista se torna relevante, pois é possível através do PDI, conhecer as dificuldades e potencialidades das crianças e adolescentes com TEA. A diversidade tem um papel importantíssimo na sociedade de direito, e na escola não seria diferente. As oportunidades têm que ser igualitárias, para que não ocorra opressão, e haja livre acesso ao

aprendizado, com um currículo adequado ao contexto e a realidade de cada aluno. Ao propor o PDI é possível utilizar ferramentas adequadas em sala de aula, com o auxílio de outros profissionais, o professor contribui para o pleno desenvolvimento do estudante autista, bem como na preparação desse sujeito para atuar na sociedade, como um cidadão consciente de seus direitos e deveres.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho foi uma revisão bibliográfica sobre as contribuições do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para a inclusão e os avanços no ambiente escolar de estudantes com transtorno do espectro autista. Assim, é possível permitir que a educação seja proposta com qualidade e equidade a todos no ambiente escolar, através da elaboração e aplicação do PDI é possível levar as crianças ao sucesso escolar, sendo necessária intervenções diversas e adaptações condizentes com as necessidades de cada indivíduo autista. Com uma abordagem qualitativa a revisão bibliográfica traz subsídios importantes para a compreensão do trabalho de inclusão na rede regular de ensino em relação as dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Ainda, para realização do trabalho foi analisado textos diversos com busca de materiais condizentes com o tema proposto e a busca pela legislação que embasa o direito de indivíduos com necessidades educacionais especializadas.

8

Para a coleta dos dados, as buscas ocorreram através das bases de dados SCIELO, Google Acadêmico e obras de Mantoan (2003) e Silva (1998) que trazem abordagens pertinentes com o estudo em questão. Baseado nos estudos dos materiais coletados foi possível construir uma base consistente para a análise do tema proposto. Após leitura crítica dos textos e analisando a proposta de um PDI disponibilizado pela instituição durante as aulas, tendo como base um estudante com diversas dificuldades devido ao Transtorno do Espectro Autista, foi possível descrever as muitas possibilidades de inclusão do aluno autista no ambiente escolar em relação as dificuldades de aprendizagens sendo o PDI um recurso para o sucesso na busca pelo conhecimento desses estudantes.

Análise dos dados da pesquisa

O PDI é um instrumento norteador que leva o docente em sala de aula traçar estratégias de intervenção que levem ao avanço escolar do estudante com TEA, pois é nesse documento,

elaborado por “muitas mãos”, que estão dispostas informações pertinentes ao desenvolvimento do estudante, apresentando suas dificuldades e potencialidades. Baseado nessa ideia, alguns estudiosos analisados ao longo das pesquisas realizadas, apresentam teorias condizentes com o sucesso do indivíduo, a partir do planejamento centrado nos estudantes de inclusão.

O PEI quebra a barreira do padrão, auxiliando o currículo oficial, especificando e estruturando o tipo de atividade e apontando qual apoio profissional é conveniente para um estudante PAEE, de modo que, com isso, não haja limite, ao contrário, haja estímulo no processo de ensino-aprendizagem. (TANNÚS-VALADÃO e MENDES, 2018, pág. 6)

Dessa forma se evidencia que o PDI é um documento norteador que permite ao docente preparar estratégias e materiais que trabalhem o currículo adaptado e flexibilizado condizente com as dificuldades de estudantes com TEA, a fim de, promover avanços significativos e reais, contribuindo para a formação integral do cidadão. O crescimento de diagnósticos de TEA no Brasil tem sido cada vez mais evidente, por isso é necessário que o educador esteja preparado para a inclusão efetiva, por isso, o PDI apresentado pela instituição, foi interessante, pois, ficou claro que com esse instrumento o estudante tem garantias muito mais reais da aquisição do conhecimento, quando se conhece suas necessidades, tornando o ambiente para o estudante mais acolhedor, pois independente de suas limitações, ele se sente parte do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula, visto que mesmo com dificuldades ele consegue realizar as propostas dos professores com sucesso.

9

Percebe-se que o PDI analisado deixa claro o histórico de vida do estudante, isso leva o professor a conhecer seu estudante e trabalhar com antecipação as dificuldades por ele apresentada, também descrita no instrumento, e assim, fazer um trabalho inclusivo de qualidade. Foi possível observar através do PDI que o aluno em questão, tem muitas potencialidades e que é possível fazer um trabalho acolhedor a partir de seus conhecimentos prévios, preparar materiais condizentes com essas potencialidades para atingir com qualidade as dificuldades levando o indivíduo a superação.

Dentro dessa perspectiva Hudson e Borges (2020, p 4) “o PDI norteia a atuação dos profissionais, indicando que o instrumento deve continuar sendo utilizado como recurso de inclusão”. Sendo assim, é evidente mais uma vez que o PDI é um documento norteador para o que o docente faça um trabalho condizente com as necessidades de estudantes com TEA e assim, promover a inclusão efetiva e eficaz. Ao analisar as obras pesquisadas, bem como a proposta do PDI para crianças autistas constatou-se que ele enriquece o conhecimento acadêmico, pois a

muito tempo a aprendizagem é explicada como sendo resultante de complexas operações neurofisiológicas e isso fica ainda mais relevantes para alunos com o transtorno do espectro autista. Diante dos estudos realizados evidencia-se que é necessário compreender as especificidades dos estudantes e trabalhar de forma a criar planos individualizados feitos por todos os envolvidos no processo de desenvolvimento do estudante e que esse documento deve acompanhar esse indivíduo durante toda sua vida escolar, contribuindo para sua transformação tornando o trabalho gratificante, proporcionando às crianças uma formação justa e igualitária, oportunizando acesso ao aprendizado a todos sem distinção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, procurou-se compreender o Plano de Desenvolvimento Individual como instrumento que pode favorecer a inclusão escolar. Através de uma revisão bibliográfica e a análise de um PDI é que se propõe esse estudo, visto que os professores precisam estar preparados para a diversidade, crescente na rede regular de ensino. Durante a leitura dos textos utilizados como referência, verificou-se que o PDI é um instrumento essencial na atualidade para que de fato a inclusão aconteça no processo ensino-aprendizagem. É importante salientar que todos são responsáveis pela inclusão, em vista que, todos integram a sociedade, devendo respeitar as diversidades, as leis vigentes para que seus direitos possam valer, isto é, cumprindo seus deveres, a fim de que seus direitos sejam alcançados e respeitados e na formulação do PDI isso é ainda mais importante, pois todos que acompanham o desenvolvimento de estudante com TEA são essenciais na elaboração do plano e na aplicabilidade desse instrumento.

10

Então, conclui-se que o PDI bem elaborado, com a participação de todos, se torna um instrumento norteador do trabalho do professor em relação aos estudantes com dificuldades de aprendizagem que apresentam como diagnóstico o Transtorno do Espectro Autista, proporcionando ao indivíduo igualdade no desenvolvimento educacional, levando em conta suas potencialidades e as transformações desses indivíduos tendo um olhar mais atento e consciente as questões relacionadas ao processo inclusivo nas escolas.

A inclusão é um tema essencial para que todos tenham os mesmos direitos e oportunidades e que não deve ser esgotado, pois necessita de discussões, de constantes

mudanças. Com isso, pode-se atribuir novas abordagens e perspectivas sobre o assunto permitindo continuidade em pesquisas e trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Portal Mec. Salamanca/Espanha: 1994.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: 1996.

FERNANDES, Adriano Hidalgo; SILVA, Rosane Gumiero Dias da. Formação do Professor para a Inclusão do Aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Rede Regular de Ensino. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: produção didático-pedagógica, 2016.

HUDSON, Bruna Cristina da Silva; BORGES, Adriana Araujo Pereira. A utilização do Plano de Desenvolvimento Individual por professores em Minas Gerais. Revista Educação Especial, 33, e55/ 1-26.2020. <https://doi.org/10.5902/1984686X47967> Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/47967>. Acesso em: 16 mar. 2025.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. A educação inclusiva: A problemática da inclusão educacional no Brasil. Autêntica Editora. 2003.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. PDI- Plano de Desenvolvimento Individual do Estudante. Minas Gerais, BH, 2018.

PINHEIRO, Daniele. Plano Educacional Individualizado (PEI): um guia prático para professores e mediadores de alunos autistas. [s.l; s.n.]: 2024. 21p.

POKER, Rosimar Bortolini; [et al.]. Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas. (1948) Disponível em: <https://www.unesco.org/en/udhr>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SILVA, Otto Marques da. A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje. São Paulo: Dedas, 1998.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado. Revista Brasileira de Educação v. 23 e230076 2018. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230076>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJJDHW13xyVzztRdVjdHJSg/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 mar. 2025.